

O currículo da educação básica no Distrito Federal: indígenas e refugiados

Tanyara Andrade de Araujo
*Estudante de mestrado do Programa de Pós-graduação em
Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional.*
E-mail: tanyaradearaujo@gmail.com

Umberto Euzebio
*Professor do Programa de Pós-graduação em
Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional.*
E-mail: umbertoeuz@gmail.com

Introdução

O currículo escolar é um elemento central na organização e orientação do processo educativo, refletindo as prioridades e valores de uma sociedade em relação ao que deve ser ensinado nas escolas. No Brasil, o currículo tem sido alvo de intensos debates e reformas ao longo do tempo, buscando responder às demandas de uma sociedade cada vez mais diversa e em constante transformação.

Desde a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996, passando pela mais recente Base Nacional Comum Curricular, o país tem buscado estruturar um currículo que promova a equidade, a inclusão e a qualidade na educação.

Em se tratando de educação inclusiva, integral, diferenciada e de qualidade, optamos por fazer o recorte acerca de indígenas e refugiados que estudam na educação básica do Distrito Federal, analisando documentos que asseguram seus direitos e verificando como se dão as realidades nas escolas, bem como o acolhimento e atendimento oferecidos, a fim de trazer informações mais assertivas a respeito desses públicos e suas reais condições nas escolas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF.

Fundamentação teórica

A educação básica no Distrito Federal é oferecida desde a educação infantil até o ensino médio e abriga algumas das principais instituições de ensino superior do país, incluindo universidades públicas de grande importância, como a Universidade de Brasília. Essas instituições desempenham um papel vital na formação de profissionais e na produção de pesquisa acadêmica. Nos primeiros anos após a fundação de Brasília (1960 a 1970), houve um esforço para estabelecer a infraestrutura básica da cidade, incluindo escolas. Foram construídas as primeiras escolas públicas e privadas para atender às necessidades educacionais da crescente população do DF. O foco principal já estava na educação básica, desde a educação infantil até o ensino médio.

Anísio Teixeira, educador baiano e defensor do Movimento Escolanovista, desempenhou importante função na criação dos primeiros currículos do Distrito Federal e sua obra continua sendo abordada no cotidiano das escolas públicas do Distrito Federal, principalmente por ter sido idealizador das escolas parque e das escolas classe. Esse movimento propunha uma série de ideias e práticas inovadoras em relação ao ensino e à aprendizagem, além de defender a cultura como entremeio de todo o processo educacional. Em se tratando da capital federal que ora iniciava seus movimentos, o autor propunha no meio educacional uma nova forma de educar, centrada no estudante e nas aprendizagens. Para Anísio Teixeira, um novo homem com hábitos mais adaptados ao mundo contemporâneo se faz necessário e a escola tradicional desconsidera a progressão geométrica com que a vida muda.

O currículo é um conjunto organizado de planejamentos de ensino que contam com objetivos, métodos e avaliações para mensurar o que deve e como deve ser aprendido, utilizado nas instituições educacionais para guiar o processo de ensino e aprendizagem. Ele serve como uma estrutura que ajuda a definir o que os alunos devem aprender e como esse aprendizado será alcançado ao longo de um determinado período. Como bem pontua Silva (2022), o currículo é uma ferramenta ideológica e de poder, já que traduz intencionalidades e posicionamentos por parte de quem cria e aplica as propostas curriculares no cotidiano das instituições. Ou seja, não há neutralidade e tudo é político, principalmente o currículo.

A LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, é a legislação que estabelece as diretrizes e bases da educação no Brasil desde sua criação até os dias atuais, passando por mudanças importantes ao longo do tempo, principalmente por meio das leis 10.639/2003, sancionada em 9 de janeiro de 2003 (para incluir a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos das escolas públicas e particulares do ensino fundamental e médio) e 11.645/2008, sancionada em 10 de março de 2008, que complementa e amplia a Lei nº 10.639/2003, incluindo a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena nos currículos das escolas públicas e particulares do ensino fundamental e médio no Brasil.

A motivação inicial para a pesquisa em andamento surgiu na vivência de uma proposta educacional na Escola Classe 115 Norte durante o ano de 2021, no retorno pós crise pandêmica, mas ainda na pandemia de Covid-19. Lá, foi oportuno compartilhar pela primeira vez conhecimentos e cotidianos diferenciados, por conta das demandas específicas dos estudantes das etnias Wapichana e Tuxá matriculados na instituição naquele ano. Apesar da inclusão e da busca ativa por parte da escola, havia muitos entraves para efetivação do processo educacional de estudantes diferenciados, como os indígenas.

Dentre algumas dificuldades presentes naquele ano letivo, que já trouxe consigo o desafio do retorno pós pandêmico, a maior delas se deu em torno da comunicação, já que as crianças não tinham o português como língua materna e não lhes havia sido ofertada, por questões de logística – quantidade de salas de aula disponíveis e profissionais especializados para tal - a aquisição do idioma como aprendizado sistematizado, indispensável para dar continuidade ao ano letivo. Da mesma forma, os professores e professoras regentes de turmas não haviam sido em algum momento preparados para lidarem com a presença de estudantes não falantes de língua portuguesa em suas salas de aula.

Da mesma forma, a educação básica do Distrito Federal recebe estudantes que se encontram em situação de refúgio. Eles têm matrícula garantida por lei, o que não garante que suas necessidades são atendidas de fato, já que a vida num lugar diferente, principalmente por razões de grave perseguição, ameaça e/ou por razões políticas, não é fácil e necessita de orientação, acolhimento e atendimento, para além das dificuldades com o idioma.

A rede pública do Distrito Federal, em especial a educação básica, recebe anualmente estudantes indígenas e refugiados e tem por obrigação garantir matrícula e inclusão a esses estudantes. Assim, diante das dificuldades, surgiu a necessidade de explorar não só as abordagens curriculares que o Currículo em Movimento do DF traz, mas também como se dá o processo de acolhimento e atendimento a esses indivíduos. Por isso, o tema da pesquisa se dá nesse contexto.

O aprofundamento será feito a partir da pesquisa qualitativa com análise do conteúdo da proposta curricular e das demais normativas estabelecidas pela SEEDF – portarias e resoluções. Dessa forma, foram elencados *a priori* os documentos que serão analisados, trazendo como pano de fundo principal o Currículo em Movimento do DF. Contaremos com o auxílio das legislações federais e distritais voltadas para indígenas e refugiados, a fim de embasar o trabalho de acordo com o que há de legal em torno de garantir direitos a indígenas e refugiados.

Desenvolvimento

A fundamentação teórica deste trabalho se dá em torno de teóricos que abordam as teorias do currículo desde tempos jesuíticos até os moldes atuais, que versam sobre o conceito pós-crítico do currículo. A teoria pós-crítica do currículo é uma abordagem que desafia e busca ir além das teorias tradicionais e críticas do currículo. Enquanto as teorias tradicionais do currículo geralmente se concentram em aspectos técnicos e estruturais do ensino, e as teorias críticas abordam questões de poder, desigualdade e ideologia, a teoria pós-crítica explora novas maneiras de entender e conceituar o currículo, questionando as premissas e limitações das abordagens anteriores.

Silva (2022) ajuda a traçar o arcabouço cronológico e temporal do trabalho, acompanhado por Bourdieu e Passeron (2014), que trazem as críticas às violências sofridas no cotidiano pelas pessoas em situação de vulnerabilidade, Paulo Freire corrobora trazendo em diversas obra as opressões sofridas no processo educacional, em especial as populações mais vulneráveis, Mainardes (2009) que traz o conceito da escola em ciclos – o que altera a seriação e visa diminuir as lacunas curriculares da reprovação, Quijano (2005) com conceitos sobre colonialidade e poder, temas diretamente ligados aos povos indígenas e também aos refugiados, visto que a educação é um ato de influência de poder e a colonialidade é exercida por meio do capitalismo, em especial sobrepondo-se a pessoas com menos oportunidades, entre outros autores.

Além dos teóricos citados, trataremos em especial da proposta curricular vigente no Distrito Federal. A SEEDF apresentou em 2013 o Currículo de Educação Básica. Este já estava sendo vivenciado e validado experimentalmente nas escolas pela primeira vez, tendo sua completa implementação e aplicação a partir de 2014 em toda a rede pública, com uma importante reformulação para aplicação a partir de 2018. O Currículo em Movimento, como é conhecida a proposta, defende o trabalho em rede e convivência escolar negociada, que possibilita a “ampliação de oportunidades às crianças, jovens e adultos e, conseqüentemente, o fortalecimento da participação cidadã no processo de concretização de fundamentos, objetivos e procedimentos propostos pelo currículo” (Distrito Federal, 2018, p. 15). A ideia da SEEDF de promover a educação integral é fazer um resgate da própria história de Brasília, que se alia com os ideais de Anísio Teixeira para a escola, já que o autor descreve o espaço escolar como um espaço de múltiplas funções e de convívio social, que busca o desenvolvimento integral do ser humano.

Conclusões

Os desafios que unem este trabalho à situação de estudantes indígenas e refugiados, mencionados anteriormente, vão desde a dificuldade cotidiana de comunicação entre estudantes e demais funcionários das escolas, situação de vulnerabilidade social e/ou alimentar, evasão escolar, mas atingem também a formação continuada de professores da rede para as alterações legais do currículo e para o andamento pedagógico nas rotinas escolares, que são, para além de legislações, movimentos culturais necessários e importantes para as práticas inclusivas e diferenciadas, logo, integrais, pois elas visam a autonomia e a dignidade, com direito pleno à cidadania por todas as pessoas.

Conscientes, portanto, da complexidade do trabalho realizado na educação básica do DF e com base nos currículos nacional e distrital, propomos uma pesquisa relevante no âmbito de ampliar a igualdade de oportunidades entre estudantes com demandas específicas, como indígenas e refugiados, tanto em questões curriculares, como em acolhimento e atendimento, para que a isonomia venha a ser presente na vida dos estudantes e em toda a rede pública de ensino no Distrito Federal.

Referências

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 7. Ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 2014.

DISTRITO FEDERAL. SEEDF. **Currículo em Movimento do Distrito Federal - Ensino Fundamental**: Anos Iniciais – Anos Finais. 2. ed. Brasília, 2018.

MAINARDES, Jefferson. **A escola em ciclos**: fundamentos e debates. São Paulo: Cortez, 2009, 120p.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, 130p.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022. 156 p.